



Câmara Municipal de Fortaleza
Vereador **Evaldo Lima** - PCdoB

DEPTO. LEGISLATIVO
RECEBIDO

27 FEV 2020

16:40 min
[Assinatura]
Servidor (a)

REQUERIMENTO Nº 1 047/2020

Requer o registro nos Anais desta Casa Legislativa do Editorial do Jornal O Povo, edição de 26 de Fevereiro de 2020, intitulado: Pós-Carnaval: antes que a cortina se feche.

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

O Vereador Evaldo Lima (PCdoB), no uso de suas atribuições legais e nos termos regimentais, vem, à presença de Vossa Excelência, requerer o registro nos Anais desta Casa Legislativa do artigo do Editorial do Jornal O Povo, edição de 26 de Fevereiro de 2020, intitulado: Pós-Carnaval: antes que a cortina se feche.

O corajoso Editorial do Jornal O Povo faz importantes reflexões sobre o Motim dos policiais militares no Ceará a partir dos interesses inconfessáveis da extrema direita no país, comandada pelo presidente. "Preocupante é que nove estados estão prestes a entrar em convulsão semelhante à do Ceará, pelo fato de as PMs se sentirem encorajadas a "tomar os freios nos dentes" e passar por cima da ordem legal- o que põe em perigo o Estado Democrático de Direito. Os governadores mesmo já reclamaram que a rebeldia não é causada apenas por insatisfações salariais, mas por um perigoso jogo político de poder que tenta fazer das corporações militares a ponta de lança de certas forças extremistas para demolir instituições da República e levar de roldão a democracia".

Nestes termos, Pede deferimento.

Departamento Legislativo, 27 de Fevereiro de 2020

F-121

Vereador Evaldo Lima – PCdoB – Presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Fortaleza

EDITORIAL

Pós-Carnaval: antes que a cortina se feche

Brasil amanhece com a ressaca natural da Quarta-Feira de Cinzas, depois de vários dias de folia e extravasamento de emoções, às vezes excessivas e violentas. No Ceará, especificamente, a continuação do motim policial trouxe um balanço de mortes violentas que ultrapassa uma centena de vítimas e torna inaceitável que se tenha chegado a tais resultados, que significam um incremento de 75% acima do padrão registrado em situações normais. A visita do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, ao Ceará para aceitar sua parte no conjunto de eventuais medidas destinadas a coibir, conter e, supostamente, punir a indisciplina reinante nos bolsões

rebelados não foi convincente, faltou uma palavra mais firme de condenação ao motim e a seus resultados. Uma atitude que, de certa forma, reproduz o que se tem visto e ouvido na cúpula do Governo Federal, a partir do presidente Jair Bolsonaro e seus filhos: certa contemporização com a rebeldia dos policiais e, no caso específico do Ceará, de minimizar a gravidade da tentativa de assassinato de um senador da República, dando azo à escandalosa tese de "legítima defesa" dos amotinados. Preocupante é que nove estados estão prestes a entrar em convulsão semelhante à do Ceará, pelo fato de as PMs se sentirem encorajadas a "tomar os freios nos dentes" e passar por cima da ordem legal - o que põe em perigo o Estado Democrático

de Direito. Os governadores mesmo já reclamaram que a rebeldia não é causada apenas por insatisfações salariais, mas por um perigoso jogo político de poder que tenta fazer das corporações policiais militares a ponta de lança de certas forças extremistas para demolir as instituições da República e levar de volta a democracia. Se na República Velha (1889-1930) as forças policiais dos estados constituíam verdadeiros exércitos das oligarquias regionais contra o Poder Central, agora parece dar-se o inverso: o Poder Central "namoraria" as policiais estaduais para manter os governadores sob cerco, deixando livre o caminho para o projeto de poder em curso.

Federalizar as políticas militares estaduais para pô-las sob o comando do Governo Central é a nova palavra de ordem. Isso seria não apenas acabar com a federação, mas constituir uma espécie de modelo institucional semelhante ao do antigo Estado Novo, de sinistra memória. Só que não mais de natureza nacionalista. A trama ganha um novo adendo com a manifestação dos extremistas marcada para 15 de março próximo, para pedir o fechamento do Congresso Nacional (e o Supremo Tribunal Federal - STF), e o que poderia ser chamada de "nossa marcha dos camisas pretas" - remetendo àquela que deu todo o poder a Mussolini, na Itália. Os setores democráticos vão assistir a tudo isso sentados nas poltronas, à espera do fechar das cortinas da democracia? ■